

Regulamento Espacial da União Europeia põe Santa Maria no centro do mapa e Comité das Regiões quer regiões à mesa das decisões

O Comité das Regiões Europeu aprovou um projeto de parecer urgente sobre a proposta de “lei do espaço” da União Europeia e, numa alteração com impacto directo nos Açores, propõe que o texto europeu passe a referir explicitamente a estação da Agência Espacial Europeia (ESA), na ilha de Santa Maria, como uma infraestrutura chave do ecossistema espacial europeu. O objectivo é claro: se Bruxelas vai legislar sobre segurança, resiliência e sustentabilidade das actividades espaciais, então os territórios que acolhem infraestruturas estratégicas, como Santa Maria, não podem ficar fora da governação e dos mecanismos de resposta a crises

O documento, preparado para a 169.^a reunião plenária realizada a 10 e 11 de dezembro de 2025, incide sobre a proposta da Comissão Europeia intitulada “Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à segurança, à resiliência e à sustentabilidade das atividades espaciais na União”, identificada como COM(2025) 335 final. No centro das alterações sugeridas pelo Comité das Regiões está a exigência de uma governação “a vários níveis”, com participação estruturada dos órgãos de poder local e regional, tanto na implementação do futuro regulamento como na avaliação de impactos territoriais potencialmente “assimétricos”. Isto é, com efeitos diferentes consoante o território, sobretudo onde existem estações de rastreio, teleporto, infraestruturas de dados e centros de operação.

Santa Maria citada ao lado de Kourou

Um dos pontos mais relevantes para os Açores surge numa proposta de alteração às considerações sobre a dimensão transfronteiriça das atividades espaciais: o Comité das Regiões propõe que o texto mencione “infraestruturas para as atividades espaciais” situadas em regiões europeias, dando como exemplos o porto espacial de Kourou, na Guiana Francesa, e “a estação da Agência Espacial Europeia (ESA) na ilha de Santa Maria, nos Açores”.

Na prática, esta referência pretende reforçar a ideia de que a política espacial europeia não existe apenas “em órbita” ou nos gabinetes de Bruxelas: existe em territórios concretos, com responsabilidades operacionais, impactos ambientais e necessidades de proteção civil e ciber-



Foto: ESA

segurança.

A estação da Agência Espacial Europeia (ESA) em Santa Maria, conhecida como estação de banda S de Santa Maria, nos Montes das Flores, é descrita pela própria ESA como uma das primeiras estações da rede ESTRACK (rede de estações de rastreio) com capacidade de rastreio de lançadores, recebendo telemetria em tempo real de lançamentos a partir do porto espacial europeu em Kourou.

“Lei do espaço” e o que muda

A proposta europeia, apresentada em junho de 2025, pretende criar um quadro comum para um mercado único das atividades espaciais na União Europeia, com regras de segurança,

sustentabilidade e resiliência, incluindo matérias como autorização e supervisão de atividades, gestão do tráfego orbital e um rótulo europeu para o setor espacial.

É neste enquadramento que o Comité das Regiões alerta para um risco político e operacional: sem envolvimento formal das regiões, o pacote legislativo pode vir a ter “lacunas”, precisamente porque muitas infraestruturas críticas como as de Santa Maria, dependem de articulação local para funcionar, responder a incidentes e apoiar serviços públicos baseados em dados de satélite.

Açores: do rastreio ao “cluster” de infraestruturas

Além da estação de rastreio de lançadores, Santa Maria integra um con-

junto mais amplo de capacidades associadas ao chamado Teleporto de Santa Maria, incluindo, entre outras valências, uma estação do sistema Galileo e uma estação da Organização Europeia para a Exploração de Satélites Meteorológicos (EUMETSAT).

É também por isso que, no parecer, o Comité das Regiões insiste que os territórios devem ser incluídos em processos como a comunicação de crise: numa das alterações, propõe-se que, em caso de incidentes significativos, os operadores espaciais comuniquem também com os poderes públicos “em cujo território” exerçam atividade.

Mais apoio à adoção territorial e às pequenas empresas

O documento defende ainda reforço de instrumentos que facilitem a aplicação prática, no terreno, de serviços baseados em satélite, incluindo a expansão de iniciativas como a Copernicus4Regions, promovida pela Rede de Regiões Europeias Utilizadoras de Tecnologias Espaciais (NEREUS).

Ao mesmo tempo, o Comité das Regiões alerta para custos de conformidade “desproporcionados” para Pequenas e Médias Empresas (PME) e empresas em fase de arranque, defendendo fases realistas, ambientes de testagem regulatória e procedimentos simplificados para missões de baixo risco, uma preocupação que, para regiões periféricas e ultraperiféricas como os Açores, pode ser decisiva para transformar infraestruturas existentes em desenvolvimento económico e emprego qualificado.

EDA aprova plano estratégico plurianual e orçamento para 2026 em assembleia geral de accionistas

Foi anteontem aprovado em Assembleia Geral da EDA o Plano Estratégico Plurianual e Orçamento do Grupo EDA para 2026.

Conforme comunicado da empresa, o Plano prevê para o investimento um valor total de 454,6 milhões de euros para o período entre 2026 e 2030, dos quais 117,6 milhões de euros são para a EDA Renováveis, “revelando o forte compromisso do Grupo para com a transição energética, sem descuidar a necessária segurança de abastecimento de energia elétrica aos nossos clientes, assegurada pelos investimentos previstos para os centros produtores térmicos das nove

ilhas dos Açores, lê-se no comunicado.

Este plano incorpora também diversos projetos de inovação, com um valor estimado de 1,4 milhões de euros.

“Antecipamos um crescimento da emissão de energia elétrica em 2025 de 1,9%, fruto do crescimento da atividade económica, e para 2026 um crescimento mais moderado de 1,2%. No período 2026-2030 prevemos na emissão uma variação média anual de 1,7%.

Estimamos também um incremento da aquisição de energia elétrica renovável em todas as ilhas e o plano proposto pode potenciar o aumento da energia elétrica emitida com base em



energias renováveis nos Açores para 51% em 2030, excedendo os 55% nesse ano com a incineração de resíduos. Prevê-se que, em 2030, face à estimativa de 2025, a energia geotérmica tenha um crescimento de cerca de 76% e a eólica de 82%. Estas metas poderão ser mesmo

ultrapassadas caso surjam mais projetos de outros produtores, tendo em conta o preceituado na nova legislação para o setor elétrico da Região, já aprovada pela Assembleia Legislativa Regional.

A sustentabilidade financeira da EDA continua a ser o foco principal, porque só desta forma poderemos garantir que temos condições para continuar a investir de forma intensiva, como o nosso negócio exige, assegurarmos as necessidades dos nossos clientes, gerar valor para os acionistas também a salvaguarda e valorização dos postos de trabalho”, é ainda dito pela eléctrica açoriana.